CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Nunes diz que vai ao STF entender com ministro Flávio Dino se há necessidade de romper contrato de wi-fi com ONG da Karina da Gama em SP

Questionado sobre as irregularidades que a PF aponta, dizendo que produtora do filme 'Dark Horse' teria feito uma triangulação com o dinheiro do ICB, o prefeito de SP disse que 'ninguém está acima da lei'.

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	11/09/2026 12:28
URL original	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/11/nunes-diz-que-vai-ao-stf-entender-com-ministro-flavio-dino-se-ha-necessidade-de-romper-contrato-de-wi-fi-com-ong-da-karina-da-gama-em-sp.ghtml
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Flávio Dino, Ricardo Nunes, Karina Gama, André Feldman, Débora Gomes Feldman, Karina da Gama, Jair Bolsonaro, William Silva Ferreira
Organizações	Polícia Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Supremo Tribunal Federal, Prefeitura de São Paulo, Academia Nacional de Cultura (ANC), Tribunal de Contas do Município, Prefeitura de SP, Ministério da Fazenda
Data da coleta	29/09/2026 10:00
Situação	No ar · última verificação 29/09/2026 10:30
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Para fazer a suposta triangulação, Karina da Gama teria usado as empresas terceirizadas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda – do casal André Feldman e Débora Gomes Feldman – que prestaram serviços no contrato de wi-fi de R$ 157 milhões que o ICB tem com a Prefeitura de São Paulo, diz a PF.

• - Complexsys: repassou R$ 2.

• - André Feldman e a esposa Débora Gomes Feldman - donos das empresas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda;

• Também por nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vínculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação". (defesa/posicionamento)



Imagem: reprodução / g1

RESUMO

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse nesta sexta-feira (11) que a gestão municipal vai acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para entender com o ministro Flávio Dino se há necessidade de rompimento do contrato municipal de wi-fi com o Instituto Conhecer Brasil (ICB), da empresária Karina da Gama. As duas entidades de Karina da Gama funcionam no mesmo endereço no bairro dos Jardins, no Centro de São Paulo. A empresária Karina da Gama, responsável por instalar os pontos de wi-fi na capital paulista.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse nesta sexta-feira (11) que a gestão municipal vai acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para entender com o ministro Flávio Dino se há necessidade de rompimento do contrato municipal de wi-fi com o Instituto Conhecer Brasil (ICB), da empresária Karina da Gama.

Segundo o prefeito, na decisão que gerou a operação da Polícia Federal (PF) contra a produtora do filme Dark Horse - sobre a vida de Jair Bolsonaro (PL) - o ministro proibiu que as entidades investigadas no inquérito firmem contratos com o poder público.

Nunes diz que quer entender se a decisão vale para contratos já assinados. Se valer, o prefeito afirma que vai romper o contrato de R$ 108 milhões anuais com a entidade da empresária investigada por lavagem de dinheiro.

"Importante dizer que o contrato foi assinado depois de uma licitação que ficou aberta 30 dias. Tudo dentro da lei. Nós temos 3200 pontos na cidade que estão funcionando plenamente e os serviços [do ICB] estão sendo prestados. (...) Se a empresa realmente não puder ter mais contrato com ninguém, com uma decisão sem verificar antes se ela [Karina da Gama] é culpada ou se ele [Flávio Dino] vir com uma

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

criminalização antecipada, a gente vai ter que romper o contrato. E deixar de ter 3200 pontos de wi-fi nas comunidades e favelas", disse

O ministro Flávio Dino (STF), o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e a empresária Karina da Gama, do Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/TV Globo

“A Controladoria do Municíopio está investigando, não há nenhuma ilegalidade da nossa parte. A prestação de contas deles está dentro do normal. Nesse tipo de contrato você às vezes tem glosas e você faz o abatimento do valor depois. Da nossa parte está tudo tranquilo e estamos aguardando [decisão do STF]”, completou.

LEIA MAIS:

Questionado sobre as irregularidades que a PF aponta, dizendo que Karina da Gama teria feito uma triangulação com o dinheiro do ICB com o objetivo de supostamente lavar dinheiro obtido do contrato com a gestão municipal, o prefeito de SP disse que “ninguém está acima da lei”.

O prefeito também foi questionado sobre o fato de Karina da Gama ter comprado um carro com R$ 100 mil em dinheiro vivo, que, segundo a investigação da PF, teria despertado atenção do COAF, o órgão de fiscalização de operações financeiras do Ministério da Fazenda.

“Absolutamente ninguém está acima da lei. Nem prefeito, nem jornalista, nem juiz. Se alguém cometeu algum erro, tem que pagar pelo erro que fez”, afirmou.

Triangulação financeira

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e a presidente do Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/Redes Sociais

O relatório da Polícia Federal que embasou a autorização do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para a operação contra a produtora do filme Dark Horse, nesta quinta-feira (10), aponta indícios de uma triangulação financeira de ao menos R$ 6,1 milhões entre empresas e entidades ligadas à empresária Karina da Gama.

Segundo a decisão de Flávio Dino, os agentes federais descobriram que pelo menos R$ 6,1 milhões que saíram do Instituto Conhecer Brasil (ICB), de propriedade de Karina, foram repassados a empresas terceirizadas da ONG e que depois retornavam para outra entidade em nome da empresária: a organização social da cultura (OSC) chamada Academia Nacional de Cultura (ANC).

As duas entidades de Karina da Gama funcionam no mesmo endereço no bairro dos Jardins, no Centro de São Paulo.

Para fazer a suposta triangulação, Karina da Gama teria usado as empresas terceirizadas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda – do casal André Feldman e Débora Gomes Feldman – que prestaram serviços no contrato de wi-fi de R$ 157 milhões que o ICB tem com a Prefeitura de São Paulo, diz a PF.

Outras duas empresas usadas no esquema, segundo a PF: a Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda – do empresário William Silva Ferreira, que também recebeu dinheiro do wi-fi de SP – e a Distribuidora de Produtos LMS Ltda.

“A ANC aparece repetidamente como destinatária de recursos provenientes de diferentes empresas financiadas pelo ICB. (...) As movimentações narradas apresentam fortes indícios de retorno dos recursos

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

públicos pagos ao ICB para a esfera de disponibilidade dos próprios responsáveis pela OSC [organização social da cultura], com potencial caracterização de desvio e contornos de lavagem de dinheiro", disse o ministro Flávio Dino no documento.

A empresária Karina da Gama, responsável por instalar os pontos de wi-fi na capital paulista. Alguns deles sinalizados, outros não. — Foto: Reprodução/Redes Sociais e Rodrigo Rodrigues/g1

LEIA MAIS:

- ENTENDA quem é Vanderlei Natividade, o eletricista alvo da PF e tesoureiro da ONG de Karina Gama que movimentou R$ 83 milhões

- Karina da Gama: quem é a produtora de 'Dark Horse' alvo de operação da Polícia Federal em SP

- Produtora de filme sobre Bolsonaro comprou carro SUV com R$ 100 mil em dinheiro vivo e disparou alerta do Coaf

A investigação aponta que a ANC repassou os seguintes valores das empresas pagas pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB):

- Complexsys: repassou R$ 2. 626.949,69 e R$ 1. 308.986,33 para a ANC;

- Ultra IP: repassou R$ 1.336.201,50 para a ANC;

- Fastfuture: repassou R$ 603. 136,12 para a ANC;

- Distribuidora LMS: repassou R$ 300.000,00 a ANC;

- Total: R$ 6.175.273,64

Os empresários donos de pelo menos três empresas também foram alvo de busca e apreensão da Polícia Federal nesta quinta-feira (10). Os três estão proibidos de deixar o Brasil. São eles:

- André Feldman e a esposa Débora Gomes Feldman - donos das empresas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda;

- William Silva Ferreira – dono da empresa Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda., terceirizada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB).

O que dizem os citados

Por meio de nota, a defesa de Karina da Gama afirmou que "tendo em vista a operação da Polícia Federal na data de hoje, no exercício da advocacia em favor da Sra. Karina Ferreira da Gama, ajuizamos nesta data, reclamação constitucional em jurisdição criminal perante a Presidência do STF.

A medida não discute o mérito da investigação, sendo certo que, a cliente estava contribuindo espontânea e voluntariamente, tanto que, atendeu, na última sexta-feira, à solicitação da Polícia Federal e entregou mais de 20 mil laudas de documentos, o que prova sua boa-fé e lealdade processual.

Entretanto, nossa defesa técnica insiste em assegurar a autoridade das decisões da Presidência do STF e a competência do juiz natural.

Acreditamos em nossas Instituições e confia-se na Suprema Corte para a plena garantia do devido processo legal."

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Também por nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vínculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação".

"A perícia independente, já anexada nos inquéritos policiais, também comprova que não existe nenhuma relação entre o contrato da empresa com a produtora Go UP", disse.

O g1 e a GloboNews procuraram a defesa de todos os envolvidos e ainda não obtiveram retorno de parte deles.

A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) disse que "repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro".

"A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada", disse (veja a íntegra abaixo).

Íntegra da nota da Prefeitura de SP

"A Prefeitura de São Paulo repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada. O Programa Wifi Livre segue em pleno funcionamento na cidade com 3.200 pontos instalados e mais de 760 milhões de acessos registrados, conforme pode ser verificado no link. https://wifilivrecomunidades.org/sp.

Atualmente, o custo de manutenção de cada ponto de Wi-Fi é de R$ 1.280,80, valor menor do que os praticados na gestão Haddad, quando cada ponto chegou a custar R$ 8.899,13. Vale destacar que o Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) julgou irregular a execução do contrato de 2014 por falhas de autenticação, monitoramento e qualidade do serviço. Em relação à parceria com o ICB, a Controladoria Geral do Município (CGM) acompanha as investigações desde as primeiras denúncias e instaurou procedimento em maio de 2026, que segue andamento".

Íntegra da Nota de Karina da Gama

"Tendo em vista a operação da Polícia Federal na data de hoje, no exercício da advocacia em favor da Sra. Karina Ferreira da Gama, ajuizamos nesta data, reclamação constitucional em jurisdição criminal perante a Presidência do STF. A medida não discute o mérito da investigação, sendo certo que, a cliente estava contribuindo espontânea e voluntariamente, tanto que, atendeu, na última sexta-feira, à solicitação da Polícia Federal e entregou mais de 20 mil laudas de documentos, o que prova sua boa-fé e lealdade processual. Entretanto, nossa defesa técnica insiste em assegurar a autoridade das decisões da Presidência do STF e a competência do juiz natural. Acreditamos em nossas Instituições e confia-se na Suprema Corte para a plena garantia do devido processo legal."

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/11/nunes-diz-que-vai-ao-stf-entender-com-ministro-flavio-dino-se-ha-necessidade-de-romper-contrato-de-wi-fi-com-ong-da-karina-da-gama-em-sp.ghtml · Coletado em 29/09/2026 10:00 · Gerado em 28/11/2026 00:07

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.